

Autorização não banaliza remédio, afirma ministro

05/08/2009
Folha de São Paulo

O ministro José Gomes Temporão (Saúde) afirmou ontem que a autorização que prevê que os médicos podem prescrever os medicamentos contra a gripe A (H1N1) em casos específicos, que não se enquadrem em fatores de risco como cardiopatia e gravidez, não significa uma flexibilização no protocolo e que isso não vai causar uma banalização da utilização.

"Isso é para exceções, não para rotina. [Não haverá] alto consumo em hipótese alguma, banalização em hipótese alguma. O protocolo é para evitar o uso irracional dos remédios."

Ele admitiu que uma alteração anexada ao protocolo foi feita a pedido das sociedades médicas dos Estados, como já havia afirmado anteontem o secretário de Vigilância em Saúde do ministério, Gerson Penna. Ela prevê autorização conjunta, que deverá ser firmada entre o médico e um representante da autoridade sanitária, para prescrever os medicamentos em casos específicos.

Mutações

Para o ministro, o uso indiscriminado do antiviral pode trazer riscos à saúde de pacientes que contraíram gripe simples. Também falou que o uso sem critério pode causar mutações genéticas no vírus da nova gripe, o que geraria resistência dele aos remédios.

O ministro declarou que o mês de agosto ainda será considerado "um período crítico", mas disse que não "há motivo para pânico da população".